

M/LEGATE



Morison KSi
Independent member

**ASSOCIAÇÃO DOS ANALISTAS E PROFISSIONAIS DE
INVESTIMENTO DO MERCADO DE CAPITAIS –
APIMEC NACIONAL**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA
OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
ACOMPANHADAS DO RELATÓRIO
DO AUDITOR INDEPENDENTE**

 **apimec**
ASSOCIAÇÃO DOS ANALISTAS
E PROFISSIONAIS DE INVESTIMENTO
DO MERCADO DE CAPITAIS

São Paulo, 14 de fevereiro de 2020.

À
**ASSOCIAÇÃO DOS ANALISTAS E PROFISSIONAIS
DE INVESTIMENTO DO MERCADO DE CAPITAIS – APIMEC NACIONAL**
São Paulo - SP

Atenção do Sr. Ricardo Tadeu Martins

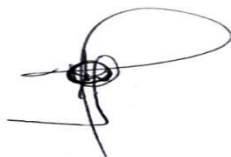
Prezados

Estamos encaminhando a V.Sas. 02 (duas) vias de nosso relatório contendo as Demonstrações Financeiras da **ASSOCIAÇÃO DOS ANALISTAS E PROFISSIONAIS DE INVESTIMENTO DO MERCADO DE CAPITAIS – APIMEC NACIONAL** para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente.

Colocamo-nos à disposição para qualquer esclarecimento adicional necessário, subscrevendo-nos.

Atenciosamente,

MACSO LEGATE AUDITORES INDEPENDENTES
CRC 2SP033482/O-3



Mauricio Rodrigues Chagas
CT CRC Nº 1SP208744/O-9

**ASSOCIAÇÃO DOS ANALISTAS E PROFISSIONAIS DE
INVESTIMENTO DO MERCADO DE CAPITAIS – APIMEC NACIONAL**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 ACOMPANHADAS DO RELATÓRIO
DO AUDITOR INDEPENDENTE**

Páginas

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE..... 2

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanço Patrimonial..... 5-6
Demonstração do Resultado 7
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido 8
Demonstração dos Fluxos de Caixa..... 9

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 10

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Administradores e Conselheiros da
**ASSOCIAÇÃO DOS ANALISTAS E PROFISSIONAIS DE INVESTIMENTO DO
MERCADO DE CAPITAIS - APIMEC NACIONAL**
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **ASSOCIAÇÃO DOS ANALISTAS E PROFISSIONAIS DE INVESTIMENTO DO MERCADO DE CAPITAIS - APIMEC NACIONAL**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes ao exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, às demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **ASSOCIAÇÃO DOS ANALISTAS E PROFISSIONAIS DE INVESTIMENTO DO MERCADO DE CAPITAIS - APIMEC NACIONAL** em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas e às entidades sem fins lucrativos.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos**Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior**

As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentadas para fins de comparação, foram anteriormente auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório sem modificação em 26 de fevereiro de 2019.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

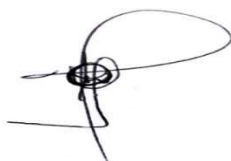
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 31 de janeiro de 2020.

MACSO LEGATE AUDITORES INDEPENDENTES.
CRC 2SP033482/O-3



Mauricio Rodrigues Chagas
CT CRC Nº 1SP208744/O-9

**ASSOCIAÇÃO DOS ANALISTAS E PROFISSIONAIS DE INVESTIMENTO DO
MERCADO DE CAPITAIS – APIMEC NACIONAL**

**BALANÇO PATRIMONIAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em Reais)**

ATIVO	Nota	2019	2018
Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	619.985	340.636
Créditos a Receber	4	23.438	73.396
Total do Circulante		643.423	414.032
Não Circulante			
Créditos a Receber	4	63.747	-
Imobilizado	5	14.107	17.364
Intangível		77	77
Total do Não Circulante		77.931	17.441
Total do Ativo		721.354	431.473

As notas explicativas anexas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

**ASSOCIAÇÃO DOS ANALISTAS E PROFISSIONAIS DE INVESTIMENTO DO
MERCADO DE CAPITAIS – APIMEC NACIONAL**

**BALANÇO PATRIMONIAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em Reais)**

PASSIVO	Nota	2019	2018
Circulante			
Contas a Pagar	6	68.348	26.764
Obrigações Trabalhistas e Previdenciária	7	75.347	91.483
Obrigações Tributárias	8	22.784	17.868
Adiantamentos Recebidos		10.578	3.550
Total do Circulante		177.057	139.665
Patrimônio Líquido	9		
Patrimônio Social		291.808	267.236
Superávit do Exercício		252.489	24.572
Total do Patrimônio Líquido		544.297	291.808
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		721.354	431.473

As notas explicativas anexas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

**ASSOCIAÇÃO DOS ANALISTAS E PROFISSIONAIS DE INVESTIMENTO DO
MERCADO DE CAPITAIS – APIMEC NACIONAL**

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em Reais)**

	Nota	2019	2018
Receitas Operacionais			
Contribuições das Regionais	10	8.938	42.014
Taxa de Credenciamento	10	777.374	555.489
Certificações	10	1.266.979	1.015.106
Multas de Supervisão		9.560	9.280
Reversão de Provisões		3.600	12.690
Receitas Financeiras	15	13.254	13.996
Gratuidades e Trabalho Voluntário	14	416.411	412.670
Receita Operacional		2.496.116	2.061.245
Despesas Operacionais			
Despesas com Pessoal	11	(587.641)	(578.629)
Despesas Administrativas	12	(954.519)	(832.376)
Depreciação e Amortização		(7.007)	(8.711)
Impostos e Contribuições		(162.187)	(130.824)
Despesas com Ocupação		(59.795)	(54.738)
Despesas com Eventos e Exames		(39.549)	-
Despesas Financeiras	15	(16.518)	(18.725)
Gratuidades e Trabalho Voluntário	14	(416.411)	(412.670)
Despesas Operacionais		(2.243.627)	(2.036.673)
Superávit do Exercício		252.489	24.572

As notas explicativas anexas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

**ASSOCIAÇÃO DOS ANALISTAS E PROFISSIONAIS DE INVESTIMENTO DO
MERCADO DE CAPITAIS – APIMEC NACIONAL**

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em Reais)**

	Patrimônio Social	Superávit Exercício	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	181.449	85.787	267.236
Transferência para Patrimônio Social	85.787	(85.787)	-
Superávit do Exercício	-	24.572	24.572
Saldos em 31 de dezembro de 2018	267.236	24.572	291.808
Transferência para Patrimônio Social	24.572	(24.572)	-
Superávit do Exercício	-	252.489	252.489
Saldos em 31 de dezembro de 2019	291.808	252.489	544.297

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

**ASSOCIAÇÃO DOS ANALISTAS E PROFISSIONAIS DE INVESTIMENTO DO
MERCADO DE CAPITAIS – APIMEC NACIONAL**

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em Reais)**

	2019	2018
Atividades Operacionais		
Superávit do Exercício	252.489	24.572
Ajustes no Superávit		
Reversão Perdas Estimadas - Credores de Liquidação Duvidosa	(3.600)	(10.500)
Depreciação e Amortização	7.007	8.711
Superávit Ajustado	255.896	22.783
(Aumento) e Redução do Ativo		
Créditos a Receber	(10.189)	(53.086)
Aumento e (Redução) do Passivo		
Contas a Pagar	41.584	14.095
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	(16.136)	17.534
Obrigações Tributárias	4.916	3.627
Adiantamentos Recebidos	7.028	1.815
Fluxo de Caixa Gerado nas Atividades Operacionais	283.099	6.768
Atividades de Investimentos		
Aquisição de Imobilizado	(3.750)	-
Fluxo de Caixa Consumido nas Atividades de Investimentos	(3.750)	-
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	279.349	6.768
Demonstrado como Segue:		
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	340.636	333.868
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	619.985	340.636
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	279.349	6.768

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO DOS ANALISTAS E PROFISSIONAIS DE INVESTIMENTO DO MERCADO DE CAPITAIS – APIMEC NACIONAL

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais – APIMEC Nacional (“Associação”) é uma Associação civil sem fins lucrativos, fundada em 17 de junho de 1988, que tem por finalidade, congregando as APIMECs regionais, promover em toda República Federativa do Brasil, a representação e a defesa dos interesses dos profissionais de investimentos filiados às APIMECs regionais ou certificados pela APIMEC ou pela Association of Certified Investment Analysts (ACIIA), da qual a APIMEC Nacional é membro fundadora, atuar para o desenvolvimento do mercado financeiro e de capitais e com a participação das APIMECs regionais, fazer observar o código de ética e padrões de conduta profissional dos profissionais de investimentos, compreendendo-se, dentre as suas atividades, as seguintes:

- a) Promover a regulamentação e autorregulação da atividade de profissionais de investimento;
- b) Promover a certificação da atividade de profissional de investimento e o credenciamento do analista de valores mobiliários, nos termos da instrução CVM em vigor;
- c) Conferir a certificação aos candidatos que sejam aprovados nos exames de qualidade técnica e ética e que apresentem aptidão adequada para o exercício da atividade de profissional de investimento, conforme explicitado no regulamento da certificação do profissional de investimento e no manual de candidatura do profissional de investimento;
- d) Fiscalizar com auxílio das APIMECs regionais as práticas dos profissionais e dos não certificados, tomando as devidas providências para eventuais penalizações pela APIMEC e/ou pelos órgãos reguladores;
- e) Representar os profissionais de investimentos brasileiros nos órgãos e eventos internacionais de profissionais de investimento;
- f) Representar os profissionais de investimento brasileiros perante os órgãos e autoridades públicas federais;
- g) Participar, representando os profissionais de investimento, de entidades congêneres;
- h) Incentivar a cooperação mútua, o intercâmbio técnico e o estreitamento das relações entre as APIMECs regionais e as entidades congêneres nacionais e internacionais, apoiando a realização conjunta de seminários, congressos, eventos, projetos, pesquisas, trabalhos e iniciativas de relevo para os associados;

- i) Promover a instituição e concessão “Prêmio APIMEC”, nos termos de regulamento editado pelo conselho diretor;
- j) Editar e alterar, mediante resolução do conselho diretor, o código de ética e padrões de conduta profissional dos profissionais de investimento, bem como quaisquer outras normas e padrões a serem observados pelos profissionais de investimento;
- k) Aplicar as penalidades cominadas pela superintendência de supervisão do analista de valores mobiliários, pelo conselho de supervisão de valores mobiliários ou por uma das turmas do conselho de supervisão do analista de valores mobiliários aos profissionais de investimento filiados às regionais ou engajados no programa de certificação da APIMEC;
- l) Promover o Congresso APIMEC, de âmbito nacional, de interesse dos profissionais de investimento.
- m) Estabelecer as regras de apoio institucional a iniciativas de cursos, seminários, conferências, encontros, workshops, simpósios de interesse das APIMECs Regionais, e
- n) Editar o Estatuto padrão das APIMECs Regionais.

Em caso de dissolução da APIMEC Nacional, o patrimônio será obrigatoriamente rateado entre as suas associadas, na proporção estabelecida no Artigo 40 do Estatuto Social. A Assembleia Geral convocada para deliberar sobre a dissolução da APIMEC Nacional e a destinação de seu patrimônio deverá ser instalada com a presença de representantes de 75% de suas associadas, que deliberarão por maioria de votos.

A Administração da Associação aprovou a conclusão das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, em 31 de janeiro de 2020.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. BASE PARA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros, incluindo as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica ITG 2002 (R1) - "Entidades sem Finalidade de Lucros" ("ITG 2002 (R1)"), combinada com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.255/09, que aprovou a NBC TG 1000 (R1) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

A demonstração do resultado abrangente não está sendo apresentada em razão de não existirem valores a serem apresentados sobre esse conceito, ou seja, o déficit do exercício é igual ao déficit abrangente total.

b. Base de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Entidade é o Real (R\$). Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em reais com centavos suprimidos, exceto quando indicado de outra forma.

2.2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Apuração do Resultado

As receitas e despesas estão registradas pelo regime de competência do exercício.

b. Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes incluem caixa, saldos em conta movimento e aplicações financeiras prontamente resgatáveis e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

c. Créditos a Receber

São registrados e mantidos nas demonstrações financeiras pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. A Administração da Associação reconheceu perdas para créditos de liquidação duvidosa, em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas advindas da realização desses itens.

d. Imobilizado

O Ativo Imobilizado é reconhecido pelo custo de aquisição, menos a depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Eles são depreciados de forma linear ao longo de sua vida útil estimada pelas taxas de depreciação consideradas adequadas pela Administração.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefício econômico futuro resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o preço da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

e. Intangível

O intangível está contabilizado pelo custo de aquisição, deduzidos da amortização acumulada. Os softwares utilizados pela Entidade são amortizados durante o período de cinco anos.

f. Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de *impairment*)

A Administração revisa anualmente o valor recuperável contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

g. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

h. Obrigações Tributárias

Por ser uma entidade sem fins lucrativos, a Entidade está isenta do pagamento de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro, conforme estabelece a alínea “c”, do inciso VI, do § 150 da Constituição Federal. Também, goza do benefício de isenção do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias da Associação, de acordo com as Leis nº 9.718/1998 e 10.833/2003, sujeitando-se ao pagamento da mesma sobre suas demais receitas.

Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, está sujeita ao pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Lei nº 9.532/1997.

i. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

i.1 - Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

i.2 - Estimativas e Premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

- **Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas** - As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. As provisões são atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Entidade.

j. Demais Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2019	2018
Caixa	540	965
Bancos Conta Movimento	448.598	119.773
Aplicações Financeiras	170.847	219.898
Total	619.985	340.636

Representam os saldos disponíveis da Associação em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, não havendo nenhum tipo de restrição à sua movimentação.

As aplicações financeiras são realizadas com instituições financeiras de primeira linha e refletem as condições usuais de mercado. Estão substancialmente compostas por aplicações em Fundos DI remuneradas pelo Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

4. CRÉDITOS A RECEBER

	2019	2018
Contribuições Regionais (a)	58.900	62.500
APIMEC São Paulo (b)	63.747	63.747
Adiantamentos	23.438	9.649
Perdas Estimadas - Créditos de Liquidação Duvidosa	(58.900)	(62.500)
Total	87.185	73.396
Circulante	23.438	73.396
Não Circulante	63.747	-

(a) O saldo em aberto de contribuições regionais refere-se às contribuições vencidas a longa data da APIMEC Nordeste, para as quais foram constituídas provisões para a totalidade do saldo.

(b) Despesas pagas pela APIMEC Nacional na realização do 5º Latam ESG 2018, organizado pela APIMEC São Paulo, reclassificados para o ativo não circulante em 2019.

a) Movimentação

Descrição	2018	Reversão	2019
Perdas Estimadas – Créditos de Liquidação Duvidosa	(62.500)	3.600	(58.900)
Total	(62.500)	3.600	(58.900)

5. IMOBILIZADO

a) Composição

	2019			2018	
	%		Depreciação	Valor	Valor
	Taxas	Custo	acumulada	Residual	Residual
Móveis, Máquinas e Utensílios	10	32.561	(30.289)	2.272	4.697
Instalações	10	32.356	(24.552)	7.804	11.039
Sistema de Comunicação	20	1.886	(1.886)	-	-
Sistema de Processamento	20	19.424	(15.393)	4.031	821
Benfeitoria em Propriedade de 3ºs	10	11.707	(11.707)	-	807
Total		97.934	(83.827)	14.107	17.364

b) Movimentação

Descrição	2018	Adições	Baixas	2019
Custo	94.184	3.750	-	97.934
Móveis, Máquinas e Utensílios	32.561	-	-	32.561
Instalações	32.356	-	-	32.356
Sistema de Comunicação	1.886	-	-	1.886
Sistema de Processamento	15.674	3.750	-	19.424
Benfeitoria em Prop. de Terceiros	11.707	-	-	11.707
Depreciação	(76.820)	(7.007)	-	(83.827)
Deprec. Acum. Móveis, Máq. e Utensílios	(27.864)	(2.425)	-	(30.289)
Deprec. Acum. Instalações	(21.317)	(3.235)	-	(24.552)
Deprec. Acum. Sistema de Comunicação	(1.886)	-	-	(1.886)
Deprec. Acum. Sist. de Processamento	(14.853)	(540)	-	(15.393)
Deprec. Acum. Benf. em Prop. Terceiros	(10.900)	(807)	-	(11.707)
Total	17.364	(3.257)	-	14.107

6. CONTAS A PAGAR

	2019	2018
Fundação Getúlio Vargas	53.636	14.754
Prepona Sistemas de Testagem e Avaliação S.A.	9.685	7.088
Anbima	3.486	3.045
Outras Contas a Pagar	1.541	1.877
Total	68.348	26.764

7. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

	2019	2018
Provisão de Férias e Encargos	60.158	63.726
INSS a recolher	11.736	24.505
FGTS a recolher	3.453	3.252
Total	75.347	91.483

8. OBRIGAÇÕES TIBUTÁRIAS

	2019	2018
IRRF a Recolher	8.791	8.157
PIS a Recolher	570	537
RTF a Recolher	1.432	1.215
ISS a Recolher	4.949	3.140
COFINS a Recolher	7.042	4.819
Total	22.784	17.868

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido é constituído pelas contribuições iniciais das regionais, acrescido ou diminuído respectivamente do superávit ou déficit inerente às atividades da Entidade de cada exercício social.

10. RECEITAS E CONTRIBUIÇÕES

Estão representadas pelas contribuições mensais das regionais, taxas de Credenciamento trimestrais, inscrições nos exames e emissões de Certificados dos Programas de Certificação Nacional dos Profissionais de Investimentos e de Gestores de Regime de Previdência Fechada.

11. DESPESAS COM PESSOAL

	2019	2018
Salários e Ordenados	(373.943)	(362.503)
Benefícios ao Pessoal	(85.880)	(75.715)
Encargos Sociais	(127.818)	(140.411)
Total	(587.641)	(578.629)

12. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2019	2018
Assessoria de Informática	(33.346)	(24.480)
Condução/Estacionamento	(6.807)	(10.309)
Viagens e Representações	(190.068)	(152.672)
Telefones e Comunicações	(13.795)	(15.488)
Assistência Contábil	(49.290)	(45.669)
Auditoria	(8.326)	(11.807)
Assistência Jurídica	(71.242)	(63.720)
Serviços Prestados – PJ	(413.519)	(327.982)
Refeições e Lanches	(21.390)	(27.887)
Serviços Comunicação/Internet	(50.076)	(41.475)
Tarifa Bancária Cobrança	(18.643)	(37.118)
Contribuições	(14.004)	(22.343)
Publicações	(4.378)	(2.076)
Impressos	(21.255)	(7.227)
Material de Escritório	(3.100)	(10.623)
Outras	(35.280)	(31.140)
Total	(954.519)	(832.376)

13. PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

A Entidade efetua uma avaliação permanente dos riscos envolvidos nos processos contenciosos que surgem no decorrer de suas atividades. Essa avaliação é efetuada com base nas informações disponíveis e nos fatores de riscos presentes em cada processo, com base na opinião dos seus assessores jurídicos.

A avaliação e classificação da chance de perda entre provável, possível e remota, efetuada a partir desse trabalho, determina os casos passíveis de constituição de provisão, sendo provisionadas somente as contingências classificadas como prováveis, em montantes considerados necessários para cobrir os eventuais gastos que possam advir do desfecho dos referidos processos.

A Entidade possui ainda, processo civil no montante de R\$ 100.000 em 31 de dezembro de 2019 e de 2018. A avaliação dos assessores jurídicos aponta para uma probabilidade possível de decisão favorável a Associação.

14. GRATUIDADES E TRABALHO VOLUNTÁRIO

Conforme determinado pela ITG 2002 (R1), para efeito de cumprimento à resolução aplicável a entidades sem finalidade de lucros, a Associação identificou e mensurou todo o valor de gratuidade e trabalho voluntário por ela recebida durante os exercícios de 2019 e 2018.

Os valores de gratuidade e trabalho voluntário foram reconhecidos com base em valores de mercado correspondentes à cada um dos serviços recebidos e estão assim sumarizados:

	2019	2018
Serviços Prestados	383.031	380.670
Remuneração do Conselho	33.380	32.000
Total	416.411	412.670

Os montantes acima foram contabilizados em contas específicas de receita e despesa operacional na demonstração do resultado e sem o desembolso financeiro correspondente.

15. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	2019	2018
Receitas Financeiras		
Rendimentos de Aplicações Financeiras	13.254	13.996
	13.254	13.996
Despesas Financeiras		
Despesas Bancárias	(6.828)	(7.278)
Juros e Multas	(7.865)	(10)
IRRF e IOF	(1.825)	(11.437)
	(16.518)	(18.725)
Resultado Financeiro Líquido	(3.264)	(4.729)

16. RENÚNCIA FISCAL

Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) – Entidade sem finalidade de lucros, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

- Imposto de renda da Pessoa Jurídica (IRPJ);
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL);

17. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Associação celebrou no dia 01/02/2020, Instrumento Particular de Contrato de Locação de Imóveis Comerciais da nova sede pelo prazo de 24 meses, com valor inicial de aluguel de R\$ 6.500,00, com reajuste anual pelos índices do IGPM/FGV, ou na falta deste, pelo Índice de Preços do Consumidor (IPC) apurado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo (FIPE-USP), ou ainda de acordo com a variação do índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

18. COMPROMISSOS

No encerramento do exercício de 2019, a Associação não possui outros contratos ou compromissos futuros que requeiram divulgação nas demonstrações financeiras.